

Exma. Sra. Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Exma. Sra. Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Exmo. Sr. Presidente da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado

**Assunto: Carta Aberta para a Criação de uma Comissão Nacional Independente para o Estudo de Assédio e Discriminação no Ensino Superior**

O assédio, de carácter moral ou sexual, tem vindo a ser denunciado em diversos meios profissionais, envolvendo, não raras vezes, contextos organizacionais ou societários, onde se verificam estruturas hierárquicas. Em paralelo, os crescentes fluxos migratórios, acompanhados pela emergência de movimentos populistas e nacionalistas, também têm tornado mais frequentes os casos de discriminação, racismo e xenofobia.

Por natureza, as Instituições de Ensino Superior (IES) são espaços de liberdade, onde é promovido o conhecimento científico, mas também a cidadania, baseada no respeito pela dignidade humana. Não obstante, as dinâmicas de poder que potencialmente podem ser exercidas no âmbito da relação docente-discente, entre docentes ou mesmo em contextos em que a boa convivência entre estudantes é desvirtuada, colocam membros da comunidade académica em posições de vulnerabilidade.

Neste sentido, é com bastante seriedade e consternação que encaramos as suspeitas e os relatos que têm sido divulgados ao longo dos últimos anos, nas Academias do Minho, de Lisboa, do Porto, e agora, na de Coimbra. Tal como já aconteceu em outros meios e áreas profissionais, o aparecimento de um conjunto limitado de casos mediatizados acaba por encorajar outras vítimas a denunciarem situações semelhantes.

No ano passado, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) recomendou às IES a facilitação de canais de apresentação de denúncias de assédio, com mecanismos ágeis de avaliação imparcial que permitam tramitar adequadamente as situações em causa. Porém, nas IES em que foram criados mecanismos de denúncia, a presença de elementos internos, ou seja, de elementos das próprias IES nestas comissões é percebida enquanto constrangimento ou mesmo obstáculo, à apresentação de casos de assédio ou discriminação. A falta de confiança no sistema, a hierarquia no meio académico e o *ethos* universitário exigem o desenvolvimento de procedimentos que permitam, num contexto mais



específico, dar resposta a um fenómeno que pode não ser resolvido no âmbito dos sistemas de reclamações existentes nas IES, nem mesmo pela meritória atuação de órgãos como o Provedor do Estudante.

A Federação Académica do Porto (FAP) considera que o momento que estamos a viver exige a tolerância zero perante situações de abuso e discriminação na globalidade do sistema de Ensino Superior. Como tal, urge que novas ações sejam espoletadas, de forma a assegurar que todos os membros da comunidade académica dispõem da possibilidade de recorrer, em condições de segurança e confidencialidade, a mecanismos de denúncia.

A 13 de abril de 2022, a FAP propôs ao MCTES a criação de um mecanismo nacional especializado, consubstanciado no apoio através de linha telefónica e/ou endereço web, que não teve acolhimento. A solução apresentada permitiria dirimir os receios que muitas vezes se colocam ao relatar casos de assédio ou discriminação entre membros da mesma comunidade académica e ouvir em condições de imparcialidade, segurança e confidencialidade o denunciante e o acusado, pelo que reforçamos a necessidade da sua existência.

E, face ao contexto atual, a FAP propõe a **criação de uma Comissão Nacional Independente para o Estudo de Assédio e Discriminação no Ensino Superior**. O principal objetivo consiste em encorajar a pessoa vítima a testemunhar, de forma a conhecer a existência do problema na Academia portuguesa. Só desta forma será possível saber a extensão do fenómeno e, conseqüentemente, definir as medidas conformes a uma atuação adequada a um fenómeno que deve ser encarado com bastante seriedade.

Apelamos à sensibilidade de Vossas Excelências para, enquanto responsáveis políticos, contribuírem, de forma conjunta, para o encontrar de soluções que possam acabar com a cultura de medo e restaurar a confiança entre a comunidade académica.

Com as mais cordiais saudações académicas,

Porto, 16 de abril de 2023

Ana Gabriela Cabilhas

Presidente da Federação Académica do Porto